UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTIFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:
https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/epa/article/view/5457

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:
©1995 by UNICAMP/IEL. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo
CEP 13083-970 – Campinas SP
Fone: (19) 3521-6493
http://www.repositorio.unicamp.br

Est.Port.Afric., Campinas, (25/26):129-139, 1995

SIGNIFICADOS POLÍTICOS NA OBRA DE GIL VICENTE: COMENTÁRIOS SOBRE O "AUTO PASTORIL CASTELHANO"*

ALEXANDRE SOARES CARNEIRO
(UNICAMP)

Sabemos que a reflexão política do final da Idade Média se caracterizou por preocupar-se com a definição de um ideal de perfeição moral para o príncipe. Aos tratadistas do período lhes interessou menos a especulação pura do que as formulações de caráter didático, que de uma forma ou de outra se equacionavam com um interesse ao mesmo tempo legitimador e propagandístico. Este, que foi crescente no período, tendia a se basear nos mesmos conceitos e imagens com que trabalhavam aqueles tratadistas. Pois, freqüentemente, o que de fato se enuncia no panegírico de um determinado monarca ou linhagem é a apologia de um modelo de monarquia. O qual, por sua vez, claramente depende da idéia de um soberano dotado de certas "virtudes principescas"[1]

Com maior ou menor ênfase na formação moral do soberano (pois conselhos de ordem prática também podem ser introduzidos), se difundirá toda uma literatura empenhada em orientá-lo para determinados fins políticos, os principais sendo a manutenção da Paz e da Justiça entre os súditos. Temos em mente aqui sobretudo as obras de educação e doutrinamento principesco, os chamados "Espelhos de príncipes", cujos mais importantes modelos teriam sido o *Policraticus* (1159), de John of Salisbury, e o *De regimine principum* (c.1280) de Egidio Romano. Ambos conheceram uma importante difusão na Península Ibérica, e, através de glosas e traduções, deixam suas marcas nas obras de Fernão Lopes, D. Duarte, do Canciller Ayala e de outros[2]. Ou seja, ao

---

* Comunicação apresentada no VI Congresso Internacional da Asociación Hispánica de Literatura Medieval (Alcalá de Henares, setembro de 1995). Agradeço as contribuições da Profª Margarida Vieira Mendes, da Universidade de Lisboa.

[1] Cf. B. Guenée, "Y a-t-il un État des XIVe et XVe siècles?", in *Politique et Histoire au Moyen Age*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1981, pp. 33-40.

[2] Para o tema, veja-se C. Alvar, "Prosa didáctica (Adotrinamiento de Príncipes)", *La prosa y el teatro en la Edad Media (História crítica de la literatura hispánica 3)*, Madri, Taurus, 1991; e também C. Segre, "Didattica Mondana", in *Grundriss des romanischen Literaturen des Mittelalters*, vol. VI/1, pp. 98 e ss. Ver ainda J. Krynen, *Ideal du prince et pouvoir royal en France à la fin du Moyen Age (1380-1440). Etude de la literature politique du temps*, Paris, A. et J. Picard, 1981.

lado dos tratados, devemos considerar como obras animadas por semelhantes impulsos, conceitos e imagens, boa parte da produção cronística do período, além de inúmeros sermões de natureza política, poemas didáticos, coleções de sentenças, apólogos, fábulas, "remontrances", "amonestaciones" etc.

Com efeito, parte dos conceitos e representações gerados por aquela reflexão transfunde-se mesmo para alguns gêneros da poesia cancioneril, em sua versão de fins da Idade Média, contribuindo para definir ou redefinir um gênero contemporaneamente identificado como "sátira política", ao enxertar nas antigas formas do sirventês, ou do "escarneo" e do "maldizer" galego-português, uma cepa mais grave e comprometida, e em geral menos partidista[3]. Desta maneira, semelhantemente ao que ocorre em outros domínios da România, um largo grupo de poetas dos séculos XIV e XV ibéricos se colocará a produzir, junto às mais ou menos convencionais loas, conselhos ou admoestações rimadas. Veiculam assim pontos de vista sobre o Estado segundo uma forma especial, "literária" - que supõe uma retórica particular, adequada à circulação cortesã, na tradição da poesia trovadoresca dos séculos XII e XIII -, de admoestar ou aconselhar tal ou qual governante, ainda que comporte variações, segundo variem os modelos e princípios daqueles tratados, ou conforme o maior ou menor peso das circunstâncias, interesses e injunções.

Um repasso pelos dois tomos do *Cancionero castellano del siglo XV* de Foulché-Delbosc[4] nos fornece inúmeros exemplos, para este período, de uma "poesia política" nitidamente impregnada de conceitos e de imagens presentes naquela reflexão, ainda que seu caráter político não seja sempre evidente a um primeiro olhar. Predomina uma poesia de tipo moral com alusões políticas mais ou menos claras. Melhor dizendo, uma doutrinação moral em versos baseada em lugares-comuns da prédica cristã (com ingredientes pagãos, como é de se supor) e aplicáveis com maior ou menor especificidade e clareza a uma ética principesca ou aristocrática[5], no seu confronto com as circunstâncias concretas.

---

[3] Ver A. Adler, "Die Politische Sirventes", no vol. VI do *GRLMA*; M. de Riquer, "Il significato politico del sirventese provenzale", in *Suplementos Anthropos*, 12, Barcelona, 1989, pp. 62-71. Para a península, K. Scholberg, *Satira e invectiva en la España medieval*, Madri, Gredos, 1971 e M. Ciceri, "La literatura didáctica y satírica", in *Historia de la literatura española*, Madri, Cátedra, 1990, pp. 252 e ss.

[4] R. Foulché-Delbosc, *Cancionero castellano del siglo XV*, NBAE, tomos 19 e 22 (1912 e 1915). Embora com menor recorrência e força, a sátira política está presente também no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende (Cf. Maria Ema Tarracha Ferreira, *Antologia do Cancioneiro Geral*, Lisboa, Ulisséia, 1994).

[5] "Le poète a la charge de la formation et de la conduite de l'âme du prince. Comment lui apprendre à se gouverner lui-même alors qu'il aura à gouverner les autres? Il ne s'agit pas seulemente de lui dire ce qu'il aura à faire dans l'ordre de la décision politique, les gestes et les mesures à prendre dans le cadre institutionnel de l'État, de la policie, mais plutôt de définir ce qu'il doit être, ce qu'est le mode d'être de celui qui exerce le pouvoir. Le poète est chargé de dégager la différenciation éthique, d'établir le système de valeurs morales sur lequel repose l'excellence du prince." J. Blanchard, "L'entrée du poète dans le champs politique au XVe siècle", in *Annales*, 41e année, nº 1, jan.-fév., 1986. p. 50.

Seu marco de difusão - o da esfera régia e cortesã - pode ser descrito como o território de uma aristocracia letrada e de uma casta burocrática palaciana predominantemente clerical, círculo cultural e literário que conhece àquela altura o reviver de uma moda "trovadoresca"[6].

Próxima à poesia política dos cancioneiros - animadas por um mesmo espírito, moralista e admoestador - estão as *Coplas de Mingo Revulgo*, que circularam anonimamente nos finais do século XV, e que hoje são atribuídas a Frei Íñigo de Mendoza (*c.*1425-*c.*1508). Boa parte da obra deste autor tem sua motivação e pertinência relacionados a ambientes mais ou menos próximos ao da corte castelhana dos inícios da monarquia dos Reis Católicos. Assim suas *Coplas de Vita Christi* (impressas em Zamora em 1482, mas com duas versões manuscritas anteriores, distintas em importantes aspectos, de entre 1467 e 1468[7]), que abrigam, sob a doutrinação religiosa e um eventual tom profético, uma nutrida camada de significados ético-políticos.[8]

Quanto às *Coplas de Mingo Revulgo* (*c.*1464), que tiveram sucessivas reedições ao longo dos séculos XVI e XVII, há que referir as glosas que as acompanham e esclarecem os cifrados conteúdos políticos. As mais importantes foram as de Hernando de Pulgar (*c.*1437-depois de 1492), oficial da corte de Enrique IV e logo cronista dos Reis Católicos. Este pequeno tratado alegórico-político baseia-se no diálogo entre dois pastores, Mingo Revulgo, o povo, e Gil Arribato, o profeta-moralista. Utilizam a versão estilizada do falar rústico da região de Salamanca, o "sayagués" (que aparecerá também nas *Coplas de Vita Christi*), o que, somado à intenção alegórica, confere ao texto uma calculada obscuridade, supondo a existência de uma glosa que lhe desvende o caráter secreto, mas também lhe emprestando certa aura religiosa ou misteriosa - propriamente falando, profética. As glosas nos ensinam que a censura de Revulgo se dirige à negligência do rei Enrique IV (o pastor Candaulo), responsável pelo estado miserável de seu rebanho. Isto porque as cadelas que deveriam defendê-lo (a Justiça, a Força, a Prudência e a Temperança), encontram-se fracas e impotentes ante o domínio da grande loba que representa a Cobiça, sob cuja proteção se dedicam à pilhagem outros cães famélicos: os nobres e os poderosos, que fazem estragos na grei [9].

---

l'excellence du prince." J. Blanchard, "L'entrée du poète dans le champs politique au XVe siècle", in *Annales*, 41e année, nº 1, jan.-fév., 1986. p. 50.

[6] Cf. R. Boase, *El resurgimiento de los trovadores*, Madri, Pegaso, 1981.

[7] J. Rodriguez-Puértolas (ed. e intr.) *Cancionero de Fray Íñigo de Mendoza*, Madri, Espasa-Calpe, 1968 (pp. 18 e ss da Introdução). Do mesmo autor, *Fray Íñigo de Mendoza y sus 'Coplas de Vita Christi'*, Madri, Gredos, 1968.

[8] O franciscano Mendoza produz outras obras de cunho político, como o "Dechado a reina doña Isabel", verdadeiro Espelho de príncipes, o "Sermón trobado al rey don Fernando, sobre el yugo y coyundas que su alteza trahe por devisa", e as "Coplas al rey don Fernando e a la reina doña Isabel, en que declara cómo por el advenimiento destos muy altos señores es reparada nuestra Castilla".

[9] Cf. Marcela Ciceri, *op. cit.*, p. 252.

Sabe-se que a ascensão dos Reis Católicos representa o fim de uma etapa de generalizados enfrentamentos políticos, que atingem todo o corpo social, mas que têm na própria corte um de seus núcleos, já que tanto a crise como a sua superação encontram-se em larga medida cifradas em disputas de facções da alta nobreza e arranjos ou querelas de caráter sucessório. Tal contexto conhece também a presença, cada vez mais influente, de uma burocracia saída de estratos não nobres (boa parte de origem conversa), clérigos e letrados de formação universitária, sobretudo juristas, cuja influência na administração e papel na justificação legal e ideológica do Estado Moderno foi considerável, inclusive através de uma literatura de caráter político. No momento em que se impõe a necessidade de se redefinir certas pautas sociais (sobretudo com o forçoso acomodamento da nobreza a uma nova situação) e quando antigos conflitos ainda latejam, ao lado de questões então inéditas que se colocam para a monarquia, não é de se estranhar que tais produções, paralelamente ao incremento da propaganda régia, orientem-se decididamente na direção dos vetores claramente centralizadores do período. Isto se manifesta não tanto através de seus conteúdos, no fundo retomados da "tradição", por assim dizer, mas sobretudo pela insistência quase unânime em realçar a magnificência monárquica, contemporizando diferenças e evitando prudentemente revolver chagas não de todo fechadas. O que não significa que renunciem ao seu caráter de intervenção.

O reino português vivia por então - isto é, ao final do século XV - uma situação similar de complexas reacomodações políticas. Poderíamos identificar em D. João II (1481-1495) o grande impulsor da centralização política em Portugal, ao levar a cabo um processo análogo ao concluído em Espanha após a ascensão de Fernando e Isabel. Semelhantemente a estes por exemplo, assumirá revendo certas concessões políticas e jurídicas de seus antecessores à nobreza, ao mesmo tempo em que, no plano simbólico, reforma o cerimonial de entronização real, que a partir de então confere à figura régia uma supremacia ainda mais destacada. O que teria dado pretextos ao descontentamento de alguns importantes vassalos, ao verem negadas a confirmação de certos privilégios e ao lhes parecerem demasiado humilhantes as novas fórmulas do juramento de obediência propostas pelo "staff" joanino.

Na tarefa de legitimar este novo ideal de soberania num plano propagandístico, difundem-se certas imagens recorrentes nos "Espelhos"[10]. Cronistas comprometidos com a sua causa, como Garcia de Resende, tratarão de envolver com um halo mítico a figura de D. João II, ao que corresponderá o apodo de "príncipe perfeito" com que passou à posteridade. Episódios da sua *Crónica* que lhe ilustram o elevado caráter e a grave disposição se complementam com algumas notas do mesmo autor na sua crônica rimada, a *Miscelânea*, que o descrevem como realizador da imagem do soberano ideal: perfeito em virtudes, amado pelo povo, justiceiro, algoz dos "grandes"

[10] Cf. J. M. Nieto Soria, *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*, Madri, Eudema, 1988.

rebelados.[11] Mas, como já indicamos, em muitos momentos, na construção da imagem de um príncipe do passado que se aproximou da perfeição ideal, não se distinguem o interesse de louvor deste monarca e a vontade de difundir, enfatizar ou precisar tal ideal. Como expressão daquilo que Krynen chamou "fé monárquica", manifestar-se-ia aí o desejo de reforçar tal ideal junto à "opinião letrada", ou de inculcá-lo junto aos sucessores régios.[12]

É neste contexto que aparece a obra de Gil Vicente (*c.*1465-1536/40), que estréia com um conjunto de obras pastoris que combinam o áulico e o religioso - e também o aconselhamento político, como tentaremos mostrar. Já se apontou sua ligação com o castelhanizado mundo poético de seu período. A dívida do autor para com a poesia palaciana (e tratados) do século XV, no entanto, ainda não foi explorada quanto à tradição da literatura política. Um exame comparativo permite que se compreenda a chave de certas referências obscuras presentes em algumas de suas peças pastoris. Mais importante, podemos entender o princípio de construção dos significados políticos ali presentes.

A comparação não pode limitar-se, portanto, a uma convencional associação do teatro de Vicente ao de Encina e Lucas Hernández, pois é a partir do exame de um conjunto mais amplo desta literatura de caráter cortesanesco que se evidenciam os elementos da moralização política a que vimos nos referindo[13]. Estes revivem no teatro de Vicente não apenas em termos de conteúdos ou repetição de tópicos políticos, mas sobretudo com relação a aspectos da própria estrutura da peça. Referimo-nos aqui principalmente ao particular uso da alegoria pastoril que nelas se verifica, e ao tom predicante que preside a encenação.

Dentre as peças pastoris relacionadas ao evento natalino há um primeiro grupo, de "obra inaugurais", mais próximas ao estilo de Juan de Encina e Lucas Hernández, três delas compondo, segundo a *Copilaçam*, um conjunto encadeado: o *Auto de ũa Visitaçam* (8 ou 9 de julho de 1502), o *Auto Pastoril Castelhano* (Natal de 1502) e o *Auto dos Reis Magos* (Epifania de 1503). Examinaremos aqui a obra central, o *Auto Pastoril Castelhano*, atentos à questão da superposição intencional de várias camadas de significados que a alegoria permite, e buscando compreender como se produzem os seus significados políticos.

---

[11] "Vimos el-rei D. João/mui cristão, mui esforçado,/virtuoso em perfeição/no mundo mui estimado/de mui grande veneração./De seus povos mui querido/e dos grandes mui temido/que eram contra ele ajuntados/os quais vimos justiçados/e ele por santo havido." (Garcia de Resende, *Miscelanea*, copla 27).

[12] Ver J. Krynen, *op.cit.*, pp. 75 a 106. À p. 97, comenta o valor prático e educativo da história em Christine de Pisan.

[13] Considere-se aqui também a tradução enciniana das *Bucólicas*, em chave política. Esta é agora oferecida pelas didascálias iniciais e prólogos do próprio autor, dirigidos aos Reis Católicos e ao jovem príncipe D. Juan. Ver A. M. Zambaldo (ed.), *Juan de Encina - Obras completas*, Madri, Gredos, 1968.

O quadro pastoril estilizado e o uso do "sayagués" indicam seu parentesco com as éclogas encinianas, que também poderiam ter sugerido a Vicente um outro recurso igualmente importante, a superposição de identidades nas figuras pastoris (já presente nas "sayaguesas" *Coplas de Mingo Revulgo*). Assim, os pastores das serranias salamantinas podem ser, ao mesmo tempo - ou seja, sem a perda da primeira identidade burlesca, que os conecta a uma já antiga tradição de representação cômica do rústico -, também reatualizações rituais dos pastores evangélicos, aqueles humildes privilegiados que, segundo o texto de Lucas, foram convocados por um anjo a assitirem ao nascimento de Cristo[14]. Por uma outra via, portanto, seu papel torna-se grave, explorando estes autores (especialmente Vicente) no contraste grave/burlesco todo um espectro de significados a partir de um mesmo recurso cênico e estilístico básico.

Conforme uma tradição corrente no período[15], que busca sinais e prefigurações sob cada elemento escriturístico, os pastores teriam estado presentes ao nascimento do Messias, entre outros motivos, por representarem a humildade que deve caracterizar os cristãos, mas também, agora num plano simbólico, por sua condição de vigiadores do gado, prefigurando (exortativamente) o papel dos prelados, isto é, os condutores do rebanho cristão. Assim o explica por exemplo a *Vita Christi* de Ludolfo Cartuxano, importante texto que se difunde em toda a Europa dos finais do século XV (e base, aliás, da versão "por coplas" de Íñigo de Mendoza), com uma tradução portuguesa impressa sob os aupícios da protetora de Gil Vicente, D. Leonor.[16]

Mas aqui tangenciamos uma outra associação alegórica já assentada no imaginário político e literário, com respaldo em um tradicional intercâmbio de fórmulas religiosas (ou eclesiológicas) e políticas, e que justifica o empréstimo à exegese bíblica[17]. Refiro-me à imagem do soberano como pastor. A base desta metáfora encontra-se na idéia, difundida pela literatura política do período, de que o rei era "vicarius dei", função que incluía de maneira singular o dever de guarda e condução do rebanho cristão no seu caminho da salvação, visão que se insinua claramente nas *Coplas de Mingo Revulgo*.

É certo que Encina explora um outro recurso alegórico associado à figura pastoril, segundo uma arraigada tradição de leitura das *Bucólicas*, a que faz eco o próprio autor em sua tradução do poema virgiliano, como mostrou M. J.

---

[14] Ver M. Delgado-Moráles, "Alegoría y tropología en tres autos de Navidad de Gil Vicente", *Bulletin of Hispanic Studies*, LXV, 1988.

[15] Ver Delgado-Moráles , *op. cit.*; F. Lopez Estrada, *Los libros de pastores en la literatura castellana*, Madri, Gredos, 1980; R. Surtz, *The birth of a theater*, Madri, Castalia, 1979.

[16] Cf. A. Magne (ed.), *O libro de Vita Christi en lingoagem português*, Rio de Janeiro, INL, s/d, pp. 125-127.

[17] "El método del *quid pro quod* - la adopción de conceptos teológicos para definir el Estado - venía siendo utilizado desde muchos siglos atrás, de la misma manera que en los primeros tiempos de la Era cristiana la terminología política y el ceremonial imperial se adaptaron a las necessidades de la Iglesia". In E. Kantorowski, *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*, Madri, Alianza, 1985, p. 30.

Bayo[18]: o recurso à identidade pastoril como disfarce da personalidade autoral. Um destacado vicentista[19] chegou a propor uma decodificação do *Auto Pastoril Castelhano* segundo o mesmo princípio. O que sua análise aporta de interessante é a busca, em modelos da tradição, da referência alegórica em que se cifra a construção de suas peças pastoris, evitando o engano de fixar-se no caráter "realista" das personagens e do ambiente rústicos. Mas não oferece sólidos fundamentos documentais para tal atribuição de identidades pessoais.[20] A hipótese desconsidera também o polimorfismo deste tipo de linguagem alegórica, que permite à personagem acumular várias identidades a um só tempo, e não faz caso a alusões mais evidentes, com respaldo na tradição pastoril e sugeridas por um dado editorial da própria *Copilaçam*, além de traços estilísticos e de conteúdo. No caso, em conexão com a imagem religiosa da obra (derivada do seu contexto natalino) que predomina em sua superfície, verificam-se algumas daquelas referências políticas cujo itinerário vimos acompanhando. E se não podemos fiar demasiado nas rubricas e didascálias da *Copilaçam*, dado o número de evidentes erros introduzidos pelo editor Luis Vicente[21], nem todas as notas editoriais têm porque serem impugnadas.

Reconstruamos a cena, e parte do marco editorial em que foi engastada: numa noite de inverno, um pastor (Gil) - que, segundo a didascália inicial, é "inclinado a vida contemplativa" e "anda sempre solitário" - aparta-se com seu rebanho em um rincão da serra, e, tendo-o sob a vista numa "abrigada", trata de colocar-se também "abrigado/del tempero de Fortuna". Contempla a lua, que está "añublada", sinal de chuva... Regozija-se porém com estar ali "folgando/canticando rato a rato". O tempo é invernal, mas confia na volta da boa estação, e se dispõe de bom grado a cumprir sua tarefa.

Põe-se então a cantar um vilancico amoroso, para "aborrir el pesar" e para afugentar o sono (que lhe impediria de vigiar o gado). Eis que aparece Bras, que censurando seu contínuo apartamento, possibilita ao primeiro a ocasião de defender com veemência o valor da vida contemplativa, e atacar a inutilidade dos prazeres terrenos a que lhe convida o companheiro[22]:

---

[18] *Virgilio y la pastoral española del renacimento*, Madri, Gredos, 1959.

[19] J. Lihani, "Personal elements in Gil Vicente's *Auto Pastoril Castelhano*", in *Hispanic Review*, XXXVII, pp. 297-303.

[20] Basicamente, a peça simularia um diálogo entre Lucas Hernándes (o pastor Lucas) e Gil Vicente (o pastor Gil), sobre sua obra e seu favor na corte, com referências ainda a Juan del Enzina (o pastor Juan Domado).

[21] Para a problemática textual da *Copilaçam*, ver I. S. Revah, "La valeur de la *Copilaçam de todalas obras de Gil Vicente*" in *Recherches sur les oeuvres de Gil Vicente*, I, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura - Institut Français au Portugal, 1951, pp. 1-20, e S. Reckert, "O verdadeiro texto das edições primitivas", in *Espírito e letra de Gil Vicente*, pp. 201 e ss.

[22] "Dans le goût de chacun pour les plaisirs, il faut voir la source des malheurs du temps. L'accumulation des pulsions égoïstes est une source d'anarchie. Cette revendication du plaisir entre dans le champ du débat politique dans la mesure où le corps de policie est obnubilé par la

Tú que andas siempre en bodas,
corriendo toros y vacas,
¿qué ganas tú, o qué sacas
de ellas todas?
Asmo, asmo que te enlodas.

Solo quiero canticar,
repastando mis cabritas
por estas sierras benditas.
Ño me acuerdo del lugar,
quando cara al cielo oteo
y veo tan buena cosa;
ño me parece hermosa
ñi de asseo,
zagala de quantas veo.

No quadro deste elogio aos gozos da contemplação e recusa dos vãos prazeres mundanos, introduz a personagem no entanto uma reflexão, que, tendo em vista o examinado, realizaria um primeiro ajuste da genérica reflexão moral ao âmbito da moralização política:

Andando solo magino
que la soldada que gano
se me pierde de la mano,
soncas, en qualquier camino.
'N esta soledad me enseño
que el ganado con que ando
- ño sabré cómo ni quándo -,
según sueño,
quiçá será d'otro dueño.

Assim, seu apartamento tem a função de propiciar a meditação a respeito da fragilidade dos bens terrenos e do tipo de poder que detém sobre o seu rebanho. A estrofe seguinte traduz - ou "aplica", para utilizar a linguagem dos cancioneiros - a referência alegórica anterior ("ganado" por súditos do reino), sendo precedida na *Copilaçam* de uma nota que diz: "Ioã domado dezia por el rey dõ Ioã segundo". O recorrente tópico do *¿Ubi sunt?* está portanto aqui orientado ao tema político, ou seja, incide sobre o passageiro do poder, no que afetaria a responsabilidade da tarefa, que é a guarda do rebanho confiado por Deus.

---

survie de la personnne (...)". J. Blanchard, "L'entrée du poète dans le champs politique au XVe siècle", p. 49.

¿Conociste a Juan Domado,
que era pastor de pastores?
Yo lo vi entre estas flores
con gran hato de ganado,
con su cayado real,
repastando en la frescura
con favor de la Ventura.
Di, zagal,
¿qué se hizo su corral?

Ao analisar esta seqüência de elementos, propondo-lhe uma interpretação das mais imediatas, teremos, então, um a um: a fórmula "pastor de pastores" como uma alusão à grandeza moral de D. João II - modelo de reis -, já alardeada por seus propagandistas (sem sair do marco convencional); as "flores" como uma possível referência galante às damas da corte, o dêitico se referindo (quiçá acompanhado de um gesto) à parte da audiência cortesã que ali assistia, alguns anos após a morte daquele rei, à cerimônia ritual (em harmonia com a imagem primaveril enquanto tradução do favor da Fortuna, já insinuada, e adiante retomada); o "Gran hato de ganado" como alusivo a seus súditos em geral, ou seu séquito em particular, conduzidos com "cayado real", símbolo do poder e da autoridade[23], traço do caráter joanino - e do ideal monárquico em geral - mais exaltado, como apontamos a partir dos registros cronísticos de Garcia de Resende; na linha da larga reflexão sobre os "casos de príncipes", que se introduz nos discursos e especulações políticas da época, "Frescura", alegoria do bom tempo como imagem da Fortuna favorável, seria o mesmo "favor de la Ventura"; "corral", corresponderia, de maneira geral, às riquezas, aos títulos e glórias de D. João II; e por fim, os dois últimos versos, cujo tom de "memento mori" lembra o das famosas "Coplas" de Jorge Manrique (c.1440-1479) "a la muerte de su padre"[24], agora instalados num quadro idílico, aqui reforçariam a mais típica exortação dos "Espelhos" medievais - à humildade dos príncipes, remédio contra a Soberbia que neles leva à tirania[25] -, e

[23] Cf a Copla VI de Mingo Revulgo, referindo a Henrique IV: "Uno le quiebra el cayado,/otro le toma el zurron/otro le quita el zamarron,/y él tras ellos desbabado ..."; e a glosa de Pulgar: "El *cayado* se dice aquí por el cetro real: el *zurron* por el tesoro: el *zamarron*, que es vestidura, se puso por la preeminencia y autoridad real. Y ciertamente todo está perdido y disipado cuando el rey ... se vuelve con mozos y en mocedades."

[24] Delgado-Moráles vê na estrofe, com sua enfática pergunta ao final, "un calco evidente de la forma y del motivo manriqueños" (*op.cit.*, p. 43). Não vejo razão para a particularização, o freqüente tópico aparecendo com fórmulas similares nos cancioneiros do XV. Em todo caso, as semelhanças estão também na menção a grandes personagens da arena política ao tempo de D. Rodrigo.

[25] Cf. J. Krynen, *op. cit.*, pp 109 e ss.: "Seule la prise de conscience de sa condition d'homme, des revers de la fortune, de sa propre dépendance à la toute puisance divine, font naître

rematariam assim a aplicação a uma situação política, sobretudo considerando o contexto concreto de sua enunciação: uma cerimônia natalina ritualizada na corte, em presença, supõe-se, do próprio Rei D. Manuel e de seu séquito de principais, havendo sido a encenação encomendada pela irmã daquele, D. Leonor, a viúva (e eventual antagonista) de D. João II.

Para certificar-se do caráter político destas ascéticas reflexões, haverá que considerar um dos postulados mais recorrentes nos textos de aconselhamento principesco: a glória que Deus concede aos reis é emprestada e passageira, no sentido de que pode ser retirada, quando não pela morte que afeta as todas criaturas. Mais do que isso, é uma dignidade conferida ao rei enquanto estado, não enquanto pessoa, portanto exige dele cautela e humildade: daí a gravidade do pastor Gil[26]. Ademais, o rebanho que guarda não lhe pertence, e sim a Deus, sendo este um dos atributos sugerido pela fórmula "vicarius dei"[27].

No contexto do diálogo, incorpora-se uma discussão de especial significado para a moralização política, que é o apregoamento das virtudes cristãs. "Gil Vicente acentúa así la distancia entre el hedonismo de Bras y la austeridad moral de Gil"[28], diz acertadamente Thomas Hart, sem considerar no entanto a aplicabilidade política das fórmulas morais.

E mesmo o ponto de vista de Brás não aparece de maneira totalmente inválido. Primeiro, pode ser uma decorrência das próprias constatações de brevidade da vida alegadas por Gil; depois, a fala deste último poderia denunciar um certo vezo formal e beato, a que caberia censurar (a obra posterior de Vicente dando abrigo à veiculação deste ponto de vista). O próprio Gil admitirá, na seqüência, que suas razões não apontam para um desprezo do mundo, antes seriam como uma espécie de inclinação natural do seu temperamento, todo voltado para o cuidado do rebanho, contente dos santos prazeres que tal zelo propicia. Defesa de virtudes políticas, sobretudo interpretando os últimos versos como uma manifestação particular de uma delas, qual seja, a disposição atenta de ouvir as queixas ou lamentos que vêm de seu rebanho/povo:

---

chez le prince la volonté de se parfaire. C'est pourquoi l'humilité est 'singulièrement aimée de Dieu' " (p. 110).

[26] "Y, de esta forma, la corte se había transformado en una escena suntuosa donde el príncipe y su séquito interpretaban un papel fijado en sus menores detalles por el ceremonial. Ciertos príncipes, en este espectáculo grandioso, demasiado prendados de su propia gloria, pudieron buscar un triunfo personal. Pero el príncipe ideal sabía que esta decoración "doit honnourer l'estat de sa dignité, non l'estat de sa personne". Aquellos distintivos y aquella liturgia, lejos de exaltar su orgullo, le recordaban por el contrario los límites de su poder." Bernard Guenée, *El occidente en los siglos XIV y XV: los estados*, Barcelona, Labor, 1985, p. 89.

[27] Cf. Christine de Pisan, *Livre du corps de policie*, I, 9, "Comment le bon prince doit ressembler le bon pasteur", *apud* J. Krynen, *op. cit.*, p. 119.

[28] T. Hart, "Introducción" a *Gil Vicente - Obras dramáticas castellanas*, Madri, Espasa-Calpe, 1968, pp. XXIII-XXIV.

Aunque huyo la compaña,
ño quiero mal a pastor;
mas yo aprisco mejor
apartado en la montaña.
De contino siempre oteo,
ingrillando los oídos
se darán, soncas, gemidos
de desseo
los corderos que careo.

Em termos gerais, temos aqui uma situação típica da estética e da ética vicentinas: a contraposição graciosa de pontos de vista autênticos neles mesmos, cuja superação se dirige para um outro ponto, já não discursivo: no caso, a polêmica, sem se perder, será redimensionada pelo ritual. Sobretudo, faz parte da chave moral e teológica do debate a concórdia final, vinda da percepção, para além de qualquer dúvida, da excepcionalidade do evento que lhes anuncia o anjo. E assim talvez também a chave política: como mostrou Joël Blanchard para as pastorais políticas francesas do século XV, a ficção pastoral é um modo de representação em si mesmo significativo, que traduz, através da representação de um espaço privilegiado de repouso e paz, uma existência que corre indiferente ao tempo. Isto até que a discórdia - resultado de uma alteração das virtudes fundamentais que asseguram a harmonia do corpo social - se instale ameaçadoramente entre os pastores. Mas também ali o desequilíbrio será superado ao nível de desenlaces ritualizados, com as alegóricas extirpações finais do mal, seja ele o fruto envenenado da discórdia, ou "la malle bergière qui se nommait Divisïon" [29].

Se na peça vicentina - onde a força dissolutiva da discórdia não se deixa perceber senão tenuamente - aceitamos uma das falas enquanto aconselhamento moral e político de índole ascética, à outra corresponderia um seu contraponto: a defesa ou ao menos a aceitação dos encantos, ainda que perecedouros, da vida terrena. Alusão à face galante, arrebatadoramente estilizada, da vida de corte, que tão bem define o universo político ibérico dos finais do século XV, e que se manifesta ainda mais fortemente no ambiente seiscentista em que floresceu Gil Vicente? O confronto, que reaparecerá em sua obra - como nos *Reis Magos*, seqüência deste mesmo auto -, seria então entre um ponto de vista ascético e um ponto de vista cortesão, uma e outra posturas podendo ser incorporadas, com conseqüências diversas, a uma ética política. Somos obrigados no entanto a deixar tal discussão para um outro trabalho.

[29] Cf. "Pastorale et Politique au XVe siècle", in *Romance Philology*, vol. XXXI, 1977.